

CULTURA POLÍTICA E GÊNERO NA AMÉRICA LATINA: ESTUDO SOBRE AS DIMENSÕES SUBJETIVAS DA SUB-REPRESENTAÇÃO FEMININA

Renata Andrade de Oliveira

Mestranda pela Universidade Estadual do Maringá (UEM)

✉ rehnata_andrade@hotmail.com

Resumo: O objetivo foi verificar se as mudanças na cultura política latino-americana estimulam comportamentos mais igualitários em relação à participação das mulheres na política. Para tanto, analisamos os dados produzidos pelo LAPOP 2012 e verificamos se uma cultura política pró-democracia é acompanhada de atitudes mais favoráveis à igualdade entre os gêneros.

Palavras-chave: Cultura Política, Democracia, Gênero e América Latina.

Abstract: The objective was to verify whether changes in Latin American political culture stimulate more egalitarian behavior towards women's participation in politics. For this, we analyze the data produced by LAPOP 2012 and verify if a pro-democracy political culture is accompanied by attitudes more favorable to gender equality.

Keywords: Political Culture, Democracy, Gender and Latin America.

Introdução

O abismo entre os gêneros em todas as áreas da vida social afeta diretamente a qualidade das democracias contemporâneas, razão pela qual a discussão sobre tais disparidades passou a ocupar lugar de destaque na agenda mundial de debates, tanto no interior da academia, quanto fora dela. Esse debate tem girado em torno da desconstrução da naturalização da sub-representação das mulheres, sendo reiterado o princípio da igualdade entre os gêneros. É claro que a presença feminina nos postos de tomadas de decisões ultrapassa o objetivo de garantir qualidade para as democracias, mas, também,

de uma tentativa de romper com barreiras sociais e estruturais construídas ao longo da história da humanidade. Não se trata apenas de eleger representantes de um grupo minoritário, mas também de abrir espaços nos quais vozes que estão às margens da estrutura social possam ser ouvidas.

Apesar de já haver progresso em relação à igualdade de gênero dentro de importantes campos da vida social, em escala mundial, grandes disparidades ainda persistem dentro do quadro político. Os dados produzidos por diferentes organizações internacionais, como o Inter-Parliamentary Union (IPU), o Fórum Econômico Mundial (FEM) e a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) apontam um cenário ainda negativo para as mulheres em se tratando da ocupação dos cargos parlamentares.

Segundo informações do IPU, que observa a sub-representação feminina desde 1997, a média mundial de mulheres que ocupavam lugares nas Duas Casas parlamentares¹ para todo o período é de apenas 11,3%. Considerando apenas o período mais recente, notamos uma lenta evolução nesse indicador: em 2000 verificamos o total de 13,8%, em 2005 esse contingente vai para 16% e em 2010 chega aos 19%. Atualmente² as mulheres têm ocupado apenas 21,7% do total de cargos políticos em nível mundial³.

Mesmo com mais de dez anos de observação, a média de mulheres que ocupam cargos parlamentares não atingiu um quarto dos assentos disponíveis. Esta situação, além de se passar em nível mundial, também está presente quando observadas as regiões do globo⁴ de maneira individual. Os dados apontam que há um crescimento recente do número de mulheres presentes nos cargos de primeiro e segundo escalão dos parlamentos; todavia, ainda estamos diante de um quadro acentuado de sub-representação. As regiões da Europa e das Américas são as que possuem os maiores índices de

¹ A estrutura do parlamento é dividida em “Single House” e “UpperHouse”, a primeira seria referente à Câmara dos Deputados e a segunda ao Senado.

² Dado referente ao último levantamento da IPU do dia 1º de Fevereiro de 2014.

³ Quadro geral, vide Apêndice 1

⁴ A divisão dessas regiões foi realizada por critérios escolhidos pela IPU.

representação feminina em toda a série histórica, sendo os Emirados Árabes aqueles com menores índices. Diante dos interesses desta pesquisa focalizou-se especialmente a região das Américas, tomando como referência os percentuais de mulheres nos parlamentos nacionais, nos cargos ministeriais e nas supremas cortes.

A partir dos dados, observou-se que o país que mais se aproxima de uma representação igualitária entre os gêneros no parlamento nacional é a Nicarágua, que também é destaque por ter dobrado o percentual de mulheres em apenas três anos (2010-2013) e atingido o índice de 40%. Concomitantemente, o último relatório do FEM (2012) demonstra que a Nicarágua foi o único país da América Latina a estar no *top* 10 do *ranking* geral dos 180 países em termos de avanços na promoção da igualdade de gênero, estando em 9º lugar. Considerando especificamente a questão do “empoderamento político” das mulheres, esse país sobe para o 5º lugar.⁵ Vale destacar que no último período eleitoral, a Nicarágua atingiu o percentual de 55,6% de mulheres presentes nos Ministérios, o que a coloca muito distante dos outros países de maneira positiva.

Podemos constatar tendência geral positiva de aumento na presença feminina nos parlamentos, mesmo com algumas quedas durante alguns períodos, como no caso da Guatemala entre 1997-2000 e Honduras entre 2005-2010. Merece destaque o caso colombiano, que ao aumentar em 5% a presença feminina saltou dezessete posições no *ranking* do FEM e chegou em 2012 à 63ª. Já para o Uruguai o destaque é negativo, sendo o país com menor índice de mulheres em posição ministerial na América Latina.

Já em relação à presença feminina nos Ministérios, Equador e Costa Rica continuam apresentando índices elevados em relação aos demais países. Pelo relatório do FEM de 2012, esses também são os países seguintes da América

⁵ Esse índice é composto por quatro subíndices: 1) Participação e Oportunidades Econômicas; 2) Educação; 3) Saúde e Sobrevivência; 4) “Empoderamento Político”. Maiores informações em http://www3.weforum.org/docs/WEF_GenderGap_Report_2012.pdf

Latina; todavia, ocupam no *ranking* geral posições inferiores à da Nicarágua (29º e 32º respectivamente).

Em relação ao poder judiciário, na América Latina constatamos uma tendência positiva para a ocupação feminina nas Supremas Cortes. Todavia, ainda tratamos de um quadro de sub-representação, pois nos primeiros dados do CEPAL (1998) a porcentagem era de 8 pontos e só houve um aumento considerável a partir de 2006, quando o índice passou a ser 18%. A última análise, de 2011, indica que na América Latina o percentual de mulheres em altos escalões do judiciário é de apenas 23%. Por isso, ainda se pode falar nesse critério como um indicador da sub-representação das mulheres.

Portanto, o quadro da sub-representação na América Latina é preocupante, assim como de modo global, pois ainda estamos restritos a porcentagens muito baixas de representação feminina, sendo dispersante citar valores acima dos 30%, já que temos uma média em torno dos 20% de mulheres presentes nas instâncias de tomada decisão. Com isso, fica o questionamento de quais seriam as razões para as disparidades dos dados que implicam nas causas da sub-representação feminina.

Cultura Política e Desigualdade de Gênero

O tema da sub-representação política de determinados grupos que historicamente sofreram opressões e ocuparam posições desvantajosas na sociedade, dentre os quais as mulheres, mais recentemente estruturaram um campo pujante de pesquisas no interior das ciências sociais. A multicausalidade da sub-representação feminina no campo político pode ser vista quase como ponto consensual para a maioria dos analistas envolvidos com essa agenda de pesquisas. Processos de socialização bastante longos e fortes constrangimentos culturais se combinam com obstáculos político-institucionais e também sociais na configuração de significativas barreiras que impedem ou limitam a presença das mulheres em distintas esferas do poder

político. Tais dimensões participariam de uma dinâmica de retroalimentação, ainda que no plano empírico seja viável a sua separação em termos analíticos, já que investigações focalizando todas elas são raras.

Nos anos 60 e 70, as teorias do crescimento econômico e do desenvolvimento humano passaram a direcionar as pesquisas ao enfatizar que esses dois contextos são as variáveis determinantes na geração de oportunidades dentro do sistema social, mas que se encontravam em um ciclo de retroalimentação, uma vez que a melhoria nas áreas da educação, saúde e lazer se dá por meio do investimento direto no setor econômico. A consequência é o aumento da qualidade de vida dos indivíduos, já que se proporciona o acesso dos mesmos a estes setores, sem distinção. O reflexo imediato desse ciclo, para o caso das mulheres, seria que tendo mais condições e oportunidades de acesso a todas as áreas da vida social, também teriam mais oportunidades de participar da esfera política, vista como um campo de acesso livre para todos, sendo assim reduzindo o quadro da sub-representação feminina.

Entretanto, as limitações dessa teoria são muito claras quando se analisa os atuais índices de sub-representação feminina. Como demonstrado, a região do globo com menor índice de representação são os Emirados Árabes, como Kuwait, Arábia Saudita, Qatar e Dubai, porém estas nações estão entre os dez primeiros do *ranking* mundial pela renda per capita (GDP)⁶. No caso da América Latina, a Nicarágua aparece nas últimas posições nesse indicador econômico e possui o maior percentual de mulheres no parlamento. Por sua vez, o Brasil, que se encontra entre as cinquenta nações com maior renda per capita do mundo, é o país com menos mulheres em seu parlamento.

Com isso, o problema da igualdade de gênero e da sub-representação feminina é mais complexo do que a teoria anterior assumia. Em razão dessa insuficiência, explicações alternativas começaram a serem propostas pelos

⁶ Fundo Monetário Internacional, *World Economic Outlook Database*, Abril de 2012: *Nominal GDP list of countries*. Dados para o ano de 2011.

pesquisadores, sobretudo enfatizando a importância das instituições sociais e das estruturas eleitorais na diluição das barreiras que conduzem às diferenças de representação entre os gêneros.

Em relação às barreiras institucionais, para uma grande parte das teóricas feministas as causas remontam às concepções que forneceram as próprias bases para a construção das instituições políticas modernas. Anteriormente, a base dessa estrutura residia nas diferenças biológicas entre homem e mulher e era isto que definia a hierarquia social; todavia, para estas teóricas o fundamento dessa hierarquia está na forma como se deu a construção social e cultural da estrutura de dominação. A desnaturalização destas bases tem seu efeito repercutido não apenas em uma área da vida social, refletindo em todos os espaços em que há relações sociais, em especial no campo político.

De acordo com a análise de Pateman (1993), por exemplo, o modelo metafórico intelectual que esteve subjacente à organização política das sociedades ocidentais – o modelo do contrato social - fundou-se numa concepção de mundo rigidamente separada entre esfera pública e privada, que foi acompanhada e justificada pela atribuição de competências e responsabilidades exclusivas a cada gênero. Nesse modelo, o gênero feminino apareceu, em muitas formulações modernas, identificado explicitamente como aquele que teria a vocação para cuidar da reprodução do mundo privado, enquanto que o masculino cuidaria do mundo público. Em outras formulações contemporâneas, longe de desconstruir essa concepção, o silêncio quanto à existência de gêneros contribuiu para a desqualificação política das demandas específicas das mulheres, reforçando a ideia de que seus “assuntos”, próprios da vida privada, não teriam *status* de preocupações públicas.

A teoria feminista tenta desconstruir os conceitos naturalizados pelo liberalismo contratualista, pautado no princípio da imparcialidade, e quebrar a dicotomia de que o privado não deve ser trazido ao público, já que esta

fundamenta a subordinação feminina e a dominação masculina. O princípio da imparcialidade é fundamentado na racionalidade e essa razão é a base para o poder político, sendo a imparcialidade requisito primordial para que determinados sujeitos atuem no espaço público. Isto se torna ponto de partida para a exclusão de grupos ligados por caracteres emocionais ou emotivos do âmbito público e os direcionado ao âmbito privado, como no caso das mulheres (YOUNG, 1987).

Outro aspecto desse raciocínio é que os indivíduos ditos legítimos do espaço público são aqueles que se apresentam na vida pública desligados de seus interesses particulares, devido ao processo racional que conseguem efetuar, e assim transcendem para um ponto de vista que enxergue a todos para com isso trazer decisões únicas. O perigo do sujeito transcendental é que para atingir o comum ele desconsidera as diferenças, ou seja, exclui a alteridade em nome do interesse público e leva a heterogeneidade para o espaço privado. A atuação do ideal imparcial é padronizar as diferenças retirando as particularidades de cada grupo, já que o indivíduo em sua totalidade, carregando sua diferença, não pode alcançar o espaço público porque não possui características determinantes para tal atuação (YOUNG, 1987).

Portanto, a busca da justiça por meio da imparcialidade no âmbito público não atende aos requisitos democráticos, já que não absorve em suas decisões as diferenças equivalentes do espaço privado e assim as normas atingem os grupos que estão inseridos dentro das medidas políticas e retira aqueles que não promovem a universalidade. Desse modo, apresenta-se como um conceito contraditório dentro dele mesmo, apenas mascarando por meio do espaço público os conflitos iniciados no meio privado.

Diante disso, a democracia liberal tem justificado a exclusão política como problema do sistema eleitoral e do acesso das pessoas à participação, pois há a predominância da “política de ideias” que sugere o entendimento

político como julgamento e debate e espera que as políticas se desenvolvam em torno de programas e não de pessoas. A discussão contemporânea traz à tona para as democracias liberais os problemas do deslocamento da política que separa quem e o que deve ser representado, pois a política de ideias está sendo desafiada por uma política alternativa, a de presença (PHILLIPS, 2001).

Nessa teoria não há ênfase exacerbada na diferença, pois esses princípios também são centrais na democracia liberal, mas sim o esclarecimento do sentimento de exclusão política amplamente sentido por grupos definidos por seu gênero, etnia e raça. A diversidade entendida pelos liberais é a de opinião, crença, preferência e objetivos, que pode estar enraizada na variedade de experiências e combinada com a capacidade intelectual e habilidade de articulação. Por isso, “aqueles que acreditam que os homens têm monopólio das habilidades de articular políticas e ideias não se surpreenderão com o fato de que, na maior parte, os mensageiros sejam homens” (PHILLIPS, 2001).

Como analisa Phillips (1991), encarnadas no arcabouço jurídico e institucional dos Estados modernos, aquelas concepções são por ele ancoradas e perpetuadas. Por isso mesmo, nessa perspectiva, os dados que comprovam a reduzida presença feminina na política não seriam evidências de que as mulheres sejam menos participativas e possuam menor grau de motivação para se inserir em atividades políticas. Tais evidências, ao contrário, seriam sintomas dos processos históricos e culturais que, cristalizados em instituições, dificultam até os dias correntes sua participação em partidos políticos e suas possibilidades de êxitos na competição eleitoral.

Deste modo, o “empoderamento feminino” passou a ser entendido como uma parte integral do processo de desenvolvimento das estruturas institucionais da política. Passou-se, então, a enfatizar a necessidade por igualdades de oportunidades e ações afirmativas advindas da reforma das instituições políticas que removam as barreiras e promovam a possibilidade da mulher participar das posições políticas. Por isso, inúmeras democracias

adotaram a mecanismos de cotas de gênero na política, e assim, as políticas formuladas pelo Estado, que está relacionado às instituições políticas, passam a pautar a consolidação e reafirmam a igualdade de gênero.

Deste modo, a estrutura do sistema eleitoral e o formato dos partidos políticos são fatores determinantes para o sucesso de uma candidatura feminina. Assim, sistemas pluripartidários aumentam os pontos de acesso para as candidatas femininas, o que não necessariamente significa mais mulheres eleitas. Sendo assim, é possível apontar que três bases podem possibilitar o aumento da representação feminina nos parlamentos: o nível de democratização do país, o tipo de sistema eleitoral e o formato dos partidos políticos (INGLEHART, NORRIS, 2003).

Mesmo com a reforma estrutural e o reconhecimento formal dos direitos das mulheres, estes ainda se concretizam como ganhos simbólicos e para os avanços de promoção da igualdade de gênero. Isto porque somente esses aspectos não são capazes de produzir uma mudança com efeito substancial na sociedade, e isto faz com que essas transformações se tornem fracas com o passar do tempo.

Deste modo, apesar de tanto a teoria do desenvolvimento econômico quanto a da reforma das estruturas institucionais serem essenciais para se compreender o problema e construir estratégias de combate à desigualdade de gênero, o fenômeno da sub-representação pede também por uma abordagem mais subjetiva da situação, que leve em conta as relações constitutivas entre política e cultura.

Como a presente pesquisa pretende ser uma contribuição culturalista para o entendimento do problema da sub-representação feminina na política latino-americana, interessa-nos apontar os elementos fundamentais da abordagem culturalista e indicar quais são seus rendimentos para a compreensão desse fenômeno político.

O ponto de partida da perspectiva culturalista se deu na segunda metade do século XX com a publicação de *The Civic Culture* (1963), de G. Almond e S. Verba, primeira tentativa de formulação sistemática e aplicação rigorosa do conceito de cultura política e base para a constituição de um programa de pesquisa consistente. Almond e Verba nesse momento passam a defender a importância dos elementos culturais nos processos de democratização, tanto de implantação, consolidação ou aprofundamento ao redor do mundo.

Nesta obra, a cultura política é entendida como a particular configuração de padrões de orientação em relação aos objetos políticos partilhados por membros de uma sociedade que poderiam explicar as motivações subjacentes às ações praticadas (ALMOND, VERBA, 1989). Para alcançar seus objetivos, Almond e Verba definiram que a cultura política mais favorável seria aquela resultante da junção entre os elementos de três tipos ideais, tendo como principais componentes a moderação e tolerância. Esse ideal combinaria ativismo racional com índices consideráveis de confiança no sistema e nos que o conduzem. Além disso, o perfil congruente com a democracia exerceria um alto poder de fiscalização sobre as ações oficiais e teria os elementos de moderação e tolerância desenvolvidos, diferenciando-se assim de um perfil politicamente passivo. O alcance desse patamar seria possível por meio de processos de alterações e permanências nas bases subjetivas do comportamento políticos dos agentes.

Em termos gerais, as conclusões a que os autores chegaram, ainda que não pudessem responder a questionamentos sobre a relação de causalidade existente entre as duas ordens de fatores envolvidos, apontavam para a associação entre estabilidade democrática e a ocorrência de um padrão de orientações subjetivas a que chamaram de cultura cívica, cujos elementos centrais seriam moderação e tolerância, combinando ativismo político racional e confiança no sistema político e nas elites políticas instituídas (RIBEIRO, BOLOGNESI, 2008).

Para Ribeiro (2002), apesar do conceito de cultura política poder ser aplicado ao estudo de qualquer sistema político, uma vez que o que interessa é avaliar disposições subjetivas pessoais que existem em qualquer forma de organização política, as formulações originais acerca deste tema estão irremediavelmente atreladas à democracia. Uma preocupação central no desenvolvimento dos estudos que culminaram na publicação de *The Civic Culture* foi sobre as condições de desenvolvimento e estabilização de regimes democráticos.

Procurando superar os limites do estudo pioneiro, novos autores passaram a adotar a abordagem culturalista em suas pesquisas, o que culminou com o desenvolvimento das técnicas mais sofisticadas e a possibilidade de superar as desconfianças em relação a este modelo. Ao longo dos anos as técnicas de pesquisa foram se sofisticando, e com a possibilidade de *surveys* de alcance mundial, Ronald Inglehart (1988), em *The Renaissance of Political Culture*, realizou o primeiro teste longitudinal das teses culturalistas.

Para Inglehart, os modelos explicativos dominantes na ciência política na década de 1960, baseados na teoria da escolha racional, eram negligentes em relação aos fatores culturais e por isso só poderiam fornecer explicações parciais para importantes fenômenos contemporâneos. Deste modo, argumenta e reafirma a relevância de se voltar aos aspectos culturais de uma nação, pois as diferentes sociedades apresentariam distintos padrões de valores e atitudes políticas. Ou seja, as diferenças culturais são relativamente persistentes, ainda que mutáveis, mas produzem importantes consequências políticas, sendo intimamente ligadas à viabilidade de instituições democráticas.

Em um quadro geral, Inglehart se apoia na hipótese de que nações com altos níveis em cada uma dessas variáveis são mais propensas a adotar e manter instituições democráticas. Afirma que, conjuntamente, esses aspectos formariam uma “síndrome” de atitudes favoráveis às instituições democráticas e que as variáveis utilizadas para medi-la se agrupariam em um *cluster*

intimamente associado à longevidade das instituições democráticas” (INGLEHART, 1988). Podem ainda ser vistas como elementos estabelecidos ao longo dos processos históricos, o que poderia explicar a persistência das diferenças entre as nações. As atitudes que compõem essa síndrome seriam, portanto, traços culturais mais profundos, com maior poder de permanência.

Embora reconheça que a cultura política não é uma condição necessária para o estabelecimento de democracias, o autor defende que o início de qualquer regime desta natureza passa necessariamente por uma mudança nos valores, crenças e estratégias das elites envolvidas na mudança. Neste sentido, a cultura política seria ao mesmo tempo causa e efeito, e a sua significância deve variar em razão das especificidades de cada nação, em razão de suas diferentes experiências históricas. Em alguns casos atuaria como variável independente, em outras como interveniente; assim, mesmo não sendo pré-condição para a emergência de democracias, uma vez que essas seriam um fazer constante, a capacidade explicativa das variáveis relacionadas à cultura política não pode ser desprezada.

Democratismo

O apoio à democracia é uma das dimensões mais relevantes da cultura política de uma sociedade, pois indica em grande medida a existência de bases atitudinais indispensáveis para a estabilidade do regime. Tomaremos como pressuposto que essa adesão, devido à sua complexidade, deve ser compreendida por um viés multidimensional, que considera dimensões avaliativas e normativas de apoio. A intensidade da adesão dos cidadãos de um país à democracia como forma de governo é um indicador fundamental do quanto sua cultura política é congruente com processos de consolidação e aprofundamento dessa forma de governo e, conseqüentemente, pode afetar tanto disposições subjetivas como estruturas objetivas ligadas à sub-representação feminina nas democracias latino-americanas.

A partir do estudo de David Easton em *A re-assessment of the concept of political support* (1975) se desenvolveu uma linha de pesquisa que se concentra sobre a dimensão difusa do apoio à democracia, configurando os estudos sobre legitimidade democrática. Para o autor, a compreensão da questão da legitimidade democrática estaria no apoio político, cujas orientações são divididas em apoio difuso (também chamado apoio abstrato ou adesão normativa), composto pelos valores fundamentais do sistema, e apoio específico, relativo às avaliações mais concretas acerca do desempenho das suas instituições e autoridades. Nesses termos, o apoio difuso corresponde aos valores atribuídos pelos indivíduos aos objetos políticos e se configura de forma forte e duradoura, independente dos resultados e desempenho atingidos pelo regime, ao passo que o apoio específico tem sua existência condicionada à possibilidade de responsabilização das autoridades de determinada sociedade por suas ações e consequências, sendo, então, decorrente da percepção da população quanto aos benefícios e satisfações atingidos.

De modo genérico, a adesão à democracia representa o apoio ao regime democrático enquanto conjunto de regras, princípios e valores, ou seja, diz respeito à aceitação do regime enquanto ideal político normativo (NORRIS, 1999). Assim, parte considerável dos estudos sobre democratismo tem utilizado como indicador central o grau de concordância dos cidadãos em relação à seguinte afirmação: *A democracia pode ter problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo*. Essa questão, que remete a denominada posição churchilliana, é reconhecida internacionalmente como medida de apoio à democracia como forma de governo (KLINGEMANN, 1999; DALTON, 1999) e se refere diretamente à dimensão abstrata ou normativa da cultura política.

Em razão dessas considerações, Casalecchi, David e Quaresma (2013), em seu artigo *Qualificando a adesão à democracia no Brasil*, oferecem uma proposta

que vai além da tradicional. Ao invés de observar a ambivalência a partir da questão churchilliana sobre adesão à democracia, propõem que ela seja verificada a partir das atitudes dos democratas em relação a diferentes dimensões do regime. Portanto, o foco não está sobre os cidadãos ambivalentes⁷, mas sim sobre os democratas e em que medidas eles são, ou não, coerentes em suas atitudes quando confrontados com diversas questões.

Os autores tratam a adesão à democracia não como uma única atitude de preferência pelo regime, mas como múltiplas atitudes que envolvem a adesão a diferentes princípios orientadores do regime democrático. Em razão disso, propõem a mensuração da adesão, e conseqüentemente, a legitimidade dos regimes democráticos, em quatro aspectos: *adesão aos procedimentos de escolha; adesão normativa ao voto; adesão à participação de todos e adesão ao regime democrático partidário*.

O primeiro aspecto, partindo de uma definição minimalista da democracia, diz respeito à existência de eleições livres e competitivas para a escolha dos cargos de liderança. Assim, a *adesão aos procedimentos de escolha* sugere que qualquer indivíduo que aceite outros meios fora a eleição livre e competitiva para o exercício do governo político fere essa dimensão e não é classificado como democrata. O segundo ponto, *adesão normativa ao voto*, privilegia a importância da participação política dos cidadãos, principalmente a partir do comparecimento eleitoral por meio do voto. Assim, quanto mais o indivíduo valoriza o seu voto como um instrumento de participação política, maior será sua adesão à democracia: esta variável ajuda a compreender em que medida o comportamento dos cidadãos está de acordo com a norma internalizada ou reflete uma simples obrigação imposta pelo Estado (CASALECCHI, DAVID, QUARESMA, 2013).

⁷ Termo criado por Moises (2008) que se refere a aqueles que oscilam suas respostas e tomam posições intermediárias, ou seja, eles podem concordar que a democracia é a melhor forma de governo, mas, acreditam que em algumas situações um governo autoritário pode ser preferível ou que tanto faz um regime democrático ou não democrático; ou, no caminho inverso, podem acreditar que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo, mas, em seguida, discordar que ela seja a melhor forma de governo.

Indo além da participação política eleitoral, a dimensão da *adesão à participação de todos* diz respeito ao valor que as pessoas atribuem a esse envolvimento de modo geral, ou seja, é o valor dado à participação coletiva. Por fim, a dimensão *adesão ao regime democrático partidário* diz respeito ao papel assumido pelos canais representativos no processo democrático. Apesar do papel fundamental exercido pela participação, a representação é um elemento indispensável à democracia moderna. Assim, os partidos políticos são a peça central desse aspecto, e independente de posição ideológica e partidária, são fundamentais para as engrenagens democráticas.

Deste modo, fica demonstrada a complexidade envolvida na mensuração do grau de apoio dos indivíduos para com um sistema político, pois se tenta atingir as bases concretas e abstratas de suas orientações. Assim, ainda que haja análises que não partam do princípio da multidimensionalidade do fenômeno, utilizaremos este último como diretriz básica na aplicação empírica do conceito de democratismo. Portanto, buscaremos verificar se no contexto latino-americano essa perspectiva multidimensional da adesão à democracia está relacionada com as disposições favoráveis à igualdade de gênero.

Efeitos do democratismo sobre a igualdade de gênero na América Latina

Os valores pró-democracia e as instituições democráticas atuam juntos como peças de um quebra-cabeça que conduz à ampliação da autonomia e autoexpressão nas escolhas dos indivíduos. As proposições de Almond e Verba (1989) e Inglehart (1988) acerca da relevância da cultura política e de Easton (1975) sobre as medidas de apoio democrático deixam claro que os fatores abstratos e culturais são essenciais na explicação dos fenômenos políticos contemporâneos. No que diz respeito ao problema da sub-representação feminina, um grupo de pesquisadores tem defendido que mudanças supostamente em curso nos valores e crenças dos cidadãos, a

chamada Síndrome dos Valores Pós-Materialistas (INGLEHART, 1988), estariam influenciando de maneira positiva a disposição dos indivíduos quanto à igualdade de gênero (INGLEHART, WEZEL, 2005; INGLEHART, NORRIS, 2003).

A relação entre valores de níveis individuais e instituições democráticas ainda é alvo de críticas, pois há aqueles que afirmam que o aprendizado institucional, o fato dos indivíduos viverem em contato com instituições democráticas, é que geraria uma cultura política pré-democrática. Contudo, a corrente culturalista que inspirou essa pesquisa defende que os valores de massa desempenham papel fundamental no processo de democratização, sendo relevantes no efetivo funcionamento das instituições democráticas.

Defende-se que, assim, como as instituições afetam os valores, a ênfase na autoexpressão também produz impacto significativo sobre as instituições democráticas, sendo um processo de mútua influência. Os valores pós-materialistas antecedem e, em grande medida, explicam o estabelecimento de democracias em nível mundial. A intensidade desse relacionamento é mais forte quando se mede o efeito dos valores relacionamos com as mudanças pós-materialista sobre a democracia do que no exercício inverso (RIBEIRO, 2011).

Em relação à igualdade entre os gêneros, Inglehart e Norris (2003), em *The Rising Tides: Gender Equality and Cultural Change around the World*, se dedicam ao entendimento das disparidades de índices de lideranças políticas entre homens e mulheres no cenário das democracias contemporâneas. Mais especificamente, pretendem responder como e porque sociedades similares atingem níveis diferenciados de representação feminina. Sua tese é de que os pró-democracia seriam mais tolerantes em relação aos comportamentos que desviam dos padrões tradicionais, e, portanto, poderiam igualmente manifestar atitudes mais positivas em relação à igualdade de gênero.

Os resultados demonstraram que a cultura importa por ser a ponte entre o nível de desenvolvimento econômico da sociedade (que remete à situação da vida do homem e da mulher), as estruturas institucionais democráticas e atitudes mais igualitárias em relação à desigualdade de gênero. Isto demonstra que a igualdade de gênero não é um processo de mão-única, mas demonstrou ser um processo interativo, já que as mudanças em todos os ramos da vida afetam as atitudes e valores dos indivíduos. Por isso, o estudo da dimensão subjetiva do processo é elemento primordial para se compreender as barreiras culturais presentes nas democracias contemporâneas quando se trata do empoderamento feminino.

Neste sentido, a síndrome dos valores pós-materialistas levaria ao desenvolvimento de uma postura crítica e participativa por parte dos cidadãos, que seria congruente com os processos de ampliação e fortalecimento da democracia. Indivíduos pós-materialistas seriam mais tolerantes em relação aos comportamentos que desviam dos padrões tradicionais, e, portanto, poderiam igualmente manifestar atitudes mais positivas em relação à igualdade de gênero.

Para os autores a solução para o fenômeno da sub-representação feminina tem sua estratégia pautada na ideia do desenvolvimento humano combinado com as reformas legais e estruturais, tendo como elemento essencial uma cultura política que gradualmente se pauta em uma direção mais igualitária e democrática. Esse conjunto possui as maiores chances de consolidar ganhos substanciais para as mulheres em todos os ramos da vida social, resultando em uma sociedade direcionada para o alcance de igualdade entre os gêneros. E como consequência, as barreiras políticas existentes iriam se desfazendo e acarretando a transformação do quadro negativo da sub-representação feminina para um cenário de paridade e igualdade nos espaços públicos, formando um cenário condizente com valores democráticos.

Metodologia e Resultados

Em busca da verificação da tese de que a tendência de maior democratismo é acompanhada de disposições favoráveis à igualdade entre os gêneros, utilizamos a base de dados do survey do LAPOP (Latin American Public Opinion Project) 2012. Como medida para o democratismo, nos baseamos na metodologia aplicada por Casalecchi, David e Quaresma (2013), cujas variáveis são as seguintes:

- Para **adesão aos procedimentos de escolha**: *Diante de desemprego muito alto, seria justificado que os militares tomassem o poder por um golpe de Estado? Quando há muito crime seria justificado que os militares tomassem o poder por um golpe de estado?; Diante de muita corrupção, seria justificado que os militares tomassem o poder por um golpe de estado?.*

- Para **adesão normativa ao voto**: *Existem pessoas que dizem que precisamos de um líder forte, que não seja eleito através do voto. Outros dizem que, ainda que as coisas não funcionem, a democracia eleitoral, ou seja, o voto popular, é sempre o melhor. O que o(a) sr./sra. pensa?.*

- Para **adesão à participação de todos**: *O(A) sr./sra. acredita que em nosso país faz falta um governo de “pulso firme”, ou que os problemas podem se resolver com a participação de todos?*

- Por fim, para a **adesão ao regime democrático partidário**: *Pode haver democracia sem que existam partidos políticos. Até que ponto concorda ou discorda desta frase?*

Já para a variável que relaciona cultura política e gênero optamos pela pergunta *De modo geral, os homens são melhores líderes políticos que as mulheres?* Observamos que as variáveis de democratismo foram recodificadas para serem medidas de adesão ao democratismo e posicionamento favorável em relação à igualdade de gênero, portanto, a maioria teve sua escala invertida.

Para confirmar a relação apontada anteriormente, propusemos inicialmente testes de associação GAMMA envolvendo as variáveis acima citadas, que foram escolhidas por serem as melhores que representam as duas dimensões discutidas. Como podemos verificar abaixo (TABELA 1), em primeiro lugar, fizemos a junção das variáveis de adesão aos procedimentos de escolhas compondo um índice com uma medida de 4 pontos, de 0 a 3. A construção de tal índice foi justificada em termos estatísticos pelos resultados de análise fatorial (TABELA 2). Podemos verificar que foi encontrada associação em todos os testes envolvendo as variáveis de democratismo. Os testes tiveram valores aceitáveis de significância ($< ,005$), sendo que na maioria dos casos a rejeição da hipótese nula da independência se dá em níveis bastante rigorosos ($,001$ e $,000$). Os valores de γ indicam a existência de associação positiva entre a adesão à democracia e manifestação de posicionamento favorável ao empoderamento feminino.

TABELA 1. ASSOCIAÇÕES ENTRE DEMOCRATISMO E DISPOSIÇÕES FAVORÁVEIS AO EMPODERAMENTO POLÍTICO FEMININO, AMÉRICA LATINA, 2012.

	γ	Sig.
Adesão a procedimento de escolha	,029	,001
Adesão normativa ao voto	,097	,000
Adesão a participação de todos	,047	,000
Adesão ao regime democrático partidário	,053	,000

FONTE: Latin American Public Opinion Project, 2012

Esse resultado na análise bivariada, contudo, não pode ser tomado como definitivo sobre o relacionamento entre as variáveis, pois não possibilita a utilização de controles relevantes, como aqueles derivados de variáveis sócio-demográficas dos componentes da amostra, como sexo, idade e escolaridade. Para inclusão desses controles optamos então pela construção de modelos multivariados que tomam a variável relativa às disposições sobre o empoderamento feminino como dependente e as medidas de adesão à

democracia como preditores. Em razão da forma assimétrica da distribuição da variável dependente optamos pela sua recodificação e dicotomização. Sendo assim, combinamos de um lado as respostas “concorda muito” e “concorda” e de outro, as alternativas “discorda” e “discorda muito”. Em razão dessa nova condição o modelo de análise utilizado foi o logístico binário.

Inicialmente nos propusermos a reduzir as medidas de democratismo em um índice integrado de adesão a democracia. Contudo, a análise fatorial da construção do índice (TABELA 2) nos indicou a impossibilidade de correlação entre as variáveis para tal fim, tornando então inviável a criação de um único índice.

**TABELA 2. ANÁLISE FATORIAL PARA AS VARIÁVEIS
SOBRE DEMOCRATISMO**

Variável	Carga Fatorial Componente 1
	2006
Adesão a procedimento de escolha 1	,716
Adesão a procedimento de escolha 2	,860
Adesão a procedimento de escolha 3	,857
Adesão normativa ao voto	,233
Adesão à participação de todos	,292
Adesão ao regime democrático partidário	-,059
% de variação explicada com 1 componente	35,5
KMO	,644

FONTE: Latin American Public Opinion Project, 2012

Desta forma, construímos 4 modelos de regressão logística binária, sendo que em cada um foi inserida como variável independente uma medida de democratismo. Concomitantemente, foram inseridas as variáveis de controle como sexo, idade e escolaridade dos entrevistados no ano de 2012 do LAPOP. Os resultados dispostos nas TABELA 3, TABELA 4, TABELA 5 e TABELA 6 confirmam as conclusões a que chegamos com base na análise bivariada, ou seja, o democratismo está associado à disposição favorável sobre a igualdade política entre os gêneros.

**TABELA 3. REGRESSÃO LOGÍSTICA PARA APOIO AO
EMPODERAMENTO POLÍTICO FEMININO – MODELO 1**

	B	Sig.	Exp(B)
Adesão aos procedimentos de escolha	,038	,005	,963
Sexo	,772	,000	,462
Idade	,000	,854	1,000
Escolaridade	,042	,000	,959
Constante	,517	,000	1,677

FONTE: Latin American Public Opinion Project, 2012

**TABELA 4. REGRESSÃO LOGÍSTICA PARA APOIO AO
EMPODERAMENTO POLÍTICO FEMININO – MODELO 2**

	B	Sig.	Exp(B)
Adesão normativa ao voto	,292	,000	,747
Sexo	,766	,000	,465
Idade	,001	,580	1,001
Escolaridade	,041	,000	,960
Constante	,652	,000	1,919

FONTE: Latin American Public Opinion Project, 2012

**TABELA 5. REGRESSÃO LOGÍSTICA PARA APOIO AO
EMPODERAMENTO POLÍTICO FEMININO – MODELO 3**

	B	Sig.	Exp(B)
Adesão à participação de todos	,122	,000	,885
Sexo	,763	,000	,466
Idade	,000	,736	1,000
Escolaridade	,043	,000	,958
Constante	,515	,000	1,674

FONTE: Latin American Public Opinion Project, 2012

**TABELA 6. REGRESSÃO LOGÍSTICA PARA APOIO AO
EMPODERAMENTO POLÍTICO FEMININO – MODELO 4**

	B	Sig.	Exp(B)
Adesão ao regime democrático	,031	,000	,969
Sexo	,761	,000	,467
Idade	,000	,830	1,000
Escolaridade	,043	,000	,958
Constante	2,329	,000	,097

FONTE: Latin American Public Opinion Project, 2012

De modo geral, a priori foi possível perceber que em todos os modelos a variável que não se apresentou como preditor significativo foi idade. A respeito das variáveis de democratismo, em uma análise individual, observou-se que cada elevação na escala de adesão aos procedimentos de escolha diminui em 3,7% a chance do entrevistado concordar com a afirmação de que os homens são melhores líderes políticos que as mulheres. Importante destacar que como esse índice possui 4 pontos, o efeito cumulativo apenas para essa variável é cerca de 15%. Para adesão normativa ao voto e adesão à participação de todos, os indivíduos que respondem favoravelmente a atitudes democráticas para essas variáveis elevam em 25,3% e 11,5%, respectivamente, as chances em discordar que os homens são melhores líderes políticos com as mulheres. A variável de adesão ao regime democrático é uma variável escalar que vai de 1 a 7; sendo assim, cada avanço nessa escala eleva em 3,1% a chance do indivíduo rejeitar a afirmativa.

Para os preditores sócio-demográficos, o sexo apresentou efeito expressivo e indica que ser mulher eleva em média 53% a probabilidade de não concordar com a afirmativa. E a escolaridade apresenta resultado favorável mesmo que não tendo uma porcentagem alta: cada elevação de nível escolar aumenta em 4% a chance de não concordar que os homens são melhores líderes políticos que as mulheres.

Considerações finais

Como alertamos na introdução, a sub-representação feminina no espaço político tem sido apontada como um grave déficit das democracias contemporâneas (NORRIS, 2011). A sua adequada compreensão envolveria a análise de fortes constrangimentos culturais que se combinam com

constrangimentos políticos-institucionais, compondo uma dinâmica perversa de retroalimentação.

Focalizando especificamente essa primeira dimensão cultural do problema, pesquisadores têm alertado para a presença de valores culturais contrários à participação das mulheres no interior de instituições centrais da democracia, como os partidos políticos (GROSSI, MIGUEL, 2001). Entretanto, ainda no interior dessa perspectiva culturalista, um grupo influente de pesquisadores internacionais tem identificado mudanças importantes neste quadro. Capitaneados principalmente por Ronald Inglehart e orientados pelos seus estudos sobre mudança cultural, esse grupo tem apresentado evidências acerca de alterações nas orientações subjetivas dos públicos de diversas nações em relação à igualdade de gênero (INGLEHART & WELZEL, 2005; INGLEHART & NORRIS, 2003). Como apontamos anteriormente, essa reorientação estaria associada a uma mudança maior na constituição de uma cultura política mais congruente com processos de democratização, sobretudo fundamentada em valores como “auto-expressão” e “tolerância” (INGLEHART, 1977; 2001; RIBEIRO, 2007).

O nosso objetivo nesse artigo foi testar essa hipótese para o contexto latino americano através da identificação de possíveis associações entre essa mudança na cultura política e a incorporação de disposições favoráveis à igualdade de gênero entre o público nacional. Confirmando essa relação, por meio de análises bivariadas e modelos multivariados, identificamos que essas duas ordens de orientações estão associadas no nível individual. Desta forma, somos levados a concordar com Inglehart, Norris e Welzel (2002) a respeito da íntima relação entre a constituição de uma cultura política democrática e a manifestação de posturas mais tolerantes e igualitaristas, especialmente no que diz respeito às relações entre os gêneros.

Referências

- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Nova York, SAGE, 1989.
- CASALECCHI, G; DAVID, F; QUARESMA, G. *Qualificando a adesão à democracia no Brasil*. In: V CONGRESSO DA COMPOLÍTICA, Curitiba, 2013.
- CENTRO DE ESTUDO EM COMPORTAMENTO POLÍTICO DA UFMG. Belo Horizonte. Minas Gerais.
- DALTON, R. J. "Political support in advanced industrial democracies. In: NORRIS, Pippa. (Ed). *Critical citizens: global support for democratic government*. Oxford: Oxford University Press, p.57-77, 1999.
- EASTON, D. A Re-Assesment of the Concept of Political Support, *British Journal of Political Science*, v.5, n.58, p.435-457, Out. 1975.
- GROSSI, M. P; MIGUEL, S. M. Transformando a diferença: as mulheres na política. *Revista Estudos Feministas*, v.9, n.1, p.167-206, 2001.
- INGLEHART, Ronald. *The Silent Revolution*. Princeton, Princeton University Press, 1997.
- INGLEHART, Ronald. *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton, Princeton University Press, 1990.
- INGLEHART, Ronald. *Modernización y pos modernización: el cambio cultural, económico y político en 43 sociedades*. Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas/Siglo Veintiuno, 2001.
- INGLEHART, R.; NORRIS, P.; WELZEL, C. Gender equality and democracy. *Comparative Sociology*, 1, p. 321-46, 2002.
- INGLEHART, Ronald; NORRIS, Pippa. *Rising Tide: Gender, equality and cultural change around the world*. New York, Cambridge University Press, 2003.
- INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. *Modernization, cultural change, and democracy: the human development sequence*. New York, Cambridge University Press, 2005.
- KLINGEMANN, H. Mapping political support in the 1990s: a global analysis. In: NORRIS, Pippa (Ed). *Critical citizens: global support for democratic government*. Oxford: Oxford University Press, p.31-56, 1999.
- LAPOP, Latin American Public Opinion Project. The AmericasBarometer. Nashville, Tennessee, USA, 2012. Disponível em: <<http://www.LapopSurveys.org>>.
- MIGUEL, Luis Felipe; QUEIROZ, Cristina Monteiro. Diferenças regionais e o êxito relativo de Mulheres em Eleições Municipais no Brasil, *Revistas Estudos Feministas*, n.14(2), 363-385, 2006.
- MOISÉS, J. A. *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo, Ática, 1995.
- NORRIS, Pippa. *Democratic Deficit*. New York, Cambridge University Press, 2011.
- PATEMAN, Carole. *O contrato Sexual*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.
- PHILLIPS, Anne. *Engendering democracy*. Cambridge, Polity Press, 1991.
- RIBEIRO, Ednaldo A. *Valores Pós-Materialistas e Cultura Política No Brasil*. Maringá, Eduem, 2011.
- RIBEIRO, E. A; BOLOGNESI, B. As elites paranaenses e a democracia: explorando a estrutura dimensional e os determinantes dos seus valores e atitudes políticas. *Revista Tomo*, São Cristóvão, n.12, p. 83-110, 2008.
- RIBEIRO, Ednaldo. Teoria do desenvolvimento humano, cultura política e democracia. *BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, v.64, p.75-89, 2007.
- RIBEIRO, E. A; OLIVEIRA, R. A. Cultura Política e Gênero no Brasil: Estudo exploratório sobre as bases da sub-representação feminina, In: M. Baquero (org), *Cultura(s)*

Política(s) e Democracia no século XXI na América Latina, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2011.

WELZEL, Christian. Effective democracy, mass culture, and the quality of elites: the human development perspective. *International Journal of Comparative Sociology*, v.43, n.3-5: 317-349, 2003.

YOUNG, Iris Marion. *A imparcialidade e o público cívico: Algumas implicações das críticas feministas da teoria moral e política*. In: BENHABIB, Seyla. CORNELL, Drucilla (Cord.). Rio de Janeiro: Rosa dos tempos LTDA, p. 66-86, 1987.

YOUNG, Iris Marion. *Inclusion and Democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2000.